



MINISTRO CONTRA A REPÚBLICA

Nome 'terrivelmente evangélico' é vitória da política identitária. Por Gustavo Biscaia de Lacerda, [página 2](#)



NUNCA É TARDE PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Brasil ocupa o 74º lugar no ranking global, ficando atrás de Zimbábue e Togo. Por Flora Damini, [página 2](#)



PRÉDIO DA EDITORA TRÊS VAI A LEILÃO

Com quase 130 mil m², lance mínimo é de R\$ 40 milhões. Por Antonio Pietrobello, [página 4](#)

Copom ignora recessão e eleva juros para 9,25%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros, a Selic, de 7,75% para 9,25% ao ano. Esse foi o sétimo reajuste consecutivo e consolida a maior alta da taxa em quase 20 anos. O aumento em período tão curto só fica atrás do ciclo iniciado em outubro de 2002 e finalizado em maio de 2003, em meio às especulações antes e após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Naqueles anos, o BC elevou a Selic em 8,5 pontos percentuais.

Em janeiro de 2021, a taxa básica estava fixada em 2%. Com o aumento decidido nesta quarta-feira, a Selic acumula alta de 7,25 pontos percentuais (pp). O mercado financeiro esperava nova elevação na primeira reunião de 2022.

O chefe de Renda Variável da Messer Investimentos, Gustavo Bertotti, disse que "não faria sentido aumentar mais que isso (1,5 ponto), já que, mesmo diante de um cenário inflacionário, há dados de estagnação econômica".

Para a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã, Maria Lucia Fattorelli, a elevação dos juros não tem influência sobre a inflação atual, que não é provocada por alta demanda. Para a especialista, os aumentos afetam a dívida pública e beneficiam o Sistema da Dívida.

Senado só votará reforma tributária em 2022

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a Casa não votará a PEC 110/2019, da Reforma Tributária, esse ano. O colegiado, segundo ele, se dedicará a sabinas de autoridades na próxima semana.

Senadores ficaram divididos sobre o adiamento da análise da PEC. Primeiro signatário da proposta, Alcolumbre lamentou que ao longo das discussões não se chegou a um consenso com a Câmara dos Deputados.

Líder do MDB, Eduardo Braga (AM) apontou que além de uma reforma tributária, a proposta promove uma ampla reforma do pacto federativo e deve ser tema de discussões apenas no início do mandato presidencial.

Comércio segue indústria e confirma País em estagflação

Vendas voltaram a níveis inferiores ao da pré-pandemia

Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o volume de vendas do comércio varejista brasileiro caiu 7,1% em outubro na comparação com o mesmo período do ano passado. Na comparação com setembro, a queda foi de 0,1%.

É o terceiro mês consecutivo de queda do indicador, que acumula no trimestre uma perda de 1,8%. Já no acumulado do ano e em 12 meses, o co-

mércio varejista apresenta alta de 2,6%.

Análise realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) assinala que "ao que tudo indica não é apenas a indústria que não consegue sair do vermelho, o comércio varejista também passou a registrar sequência de perdas sistemáticas".

As vendas voltaram a níveis inferiores ao pré-pandemia. O comércio ampliado (inclui automóveis e material de construção) está 2,8% abaixo de fevereiro de 2020, e o restrito, 0,1% aquém deste pa-

tamar. "Ou seja, a indústria não está só ao perder tudo o que havia conquistado no segundo semestre do ano passado, quando as medidas emergenciais adotadas pelo governo estavam plenamente em atuação", explica o Iedi.

As quedas recentes de indústria, comércio e também dos serviços – este após cinco meses de alta – acenderam a luz amarela. Alguns analistas já esperam nova queda na produção do País (PIB) no último trimestre do ano, se não houver recuperação em novembro e dezembro.

Para alcançar energia verde, alto consumo de metais

Produção aquém do necessário e preços em alta

A transição para energia "limpa" pode desencadear uma demanda de metais sem precedentes nas próximas décadas, exigindo até 3 bilhões de toneladas, alerta o blog do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Uma bateria típica de veículo elétrico, por exemplo, precisa de cerca de 8kg de lítio, 35kg de níquel, 20kg de manganês e 14kg de cobalto, enquanto as estações de carregamento requerem quantidades substanciais de cobre. Para energia verde, os painéis solares usam grandes quantidades de cobre, silício, prata e zinco, enquanto as turbinas eólicas requerem minério de ferro, cobre e alumínio", contabiliza o FMI.

Essas necessidades podem fazer com que a demanda e os preços do metal aumentem por muitos anos. Valores que já estão altos, alguns atingindo níveis recordes.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, até 2050 a parcela de energia proveniente de fontes renováveis aumentaria dos níveis atuais de cerca de 10% para 60%, impulsionada pela energia solar, eólica e hidrelétrica. Os combustíveis fósseis diminuiriam de quase 80% para cerca de 20%.

A substituição de combustíveis fósseis por tecnologias de baixo carbono exigiria um aumento de oito vezes nos investimentos em



energia renovável e causaria um forte aumento na demanda por metais. "No entanto, o desenvolvimento de minas é um processo que leva muito tempo – geralmente uma década ou mais", adverte o Fundo.

A produção atual de grafite, cobalto, vanádio e níquel parecem inadequadas, mostrando uma lacuna de mais de dois terços em relação à demanda. Os suprimentos atuais de cobre, lítio e platina também são inadequados para atender às necessidades futuras, com uma lacuna de 30% a 40%.

Para alguns minerais, as reservas existentes permitiriam uma maior produção com mais investimentos em extração, como para grafite e vanádio. Para outros minerais, as reservas atuais podem

ser uma restrição – especialmente lítio e chumbo, mas também para zinco, prata e silício.

O FMI afirma que as reservas podem ser aumentadas com novas tecnologias e exploração. A reciclagem também dá sua colaboração.

Um fator complicador é que alguns suprimentos importantes são geralmente muito concentrados em poucos países. A República Democrática do Congo responde por cerca de 70% da produção de cobalto e metade das reservas. A Austrália domina quase 80% da produção de lítio.

De 11 metais destacados pelo FMI, a China é líder na produção de 5. O Brasil tem participação expressiva em apenas 2 (lítio e grafite).

Exportadores: queda de 40% no superávit em 2022

As exportações brasileiras devem alcançar US\$ 262,379 bilhões em 2022 – queda de 4,7% em relação ao estimado para esse ano – enquanto as importações devem chegar a US\$ 227,855 bilhões – aumento de 4,5% – gerando um superávit comercial de US\$ 34,524 bilhões, uma redução de 39,7% sobre a estimativa para 2021. As projeções são da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Diversos fatores, não quantificáveis neste momento, podem impactar fortemente os mercados global e brasileiro no ano que vem.

"As oscilações podem vir de uma queda do comércio mundial, conforme a previsão da Unctad; das crises hídrica e energética na China e no Brasil; da falta de container e seus altos preços. Sem falar na pandemia e nas eleições presidenciais por aqui", alerta o presidente executivo da AEB, José Augusto de Castro.

CONVERSA COM INVESTIDOR: JSL

Ramon Alcaraz, CEO da JSL. [Página 5](#)



COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,5779
Dólar Turismo	R\$ 5,6970
Euro	R\$ 6,2764
Iuan	R\$ 0,8720
Ouro (gr)	R\$ 319,50

ÍNDICES

IGP-M	0,02% (novembro)	0,64% (outubro)
IPCA-E		
RJ (jun.)	0,69%	
SP (jun.)	0,81%	
Selic	7,75%	
Hot Money	0,63% a.m.	

Ministro ‘terrivelmente evangélico’ contra a República

Por Gustavo Biscaia de Lacerda

No dia 1º de dezembro de 2021, André Mendonça, ex-ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, foi sabatinado pelo Senado Federal para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina, que terminou por aprovar a indicação, e a própria indicação constituem episódios lamentáveis na vida política brasileira, no sentido de que são atentatórios contra o conjunto da República e, em particular, contra a laicidade do Estado. Sem nos deter em detalhes, vejamos os problemas.

Antes de mais nada, temos que dizer com todas as letras: a indicação pelo presidente da República e a aprovação pelo Senado Federal – mesmo que quase cinco meses depois da indicação – de alguém que foi indicado apenas por ser “terrivelmente evangélico” é um retrocesso político e social no Brasil.

O problema não está exatamente nas crenças íntimas de André Mendonça, mas no motivo da indicação e também no fato de que o próprio indicado jamais renegou esse motivo. Se o Estado é laico – e se ele deve ser e deve manter-se laico – a condição religiosa dos

ministros é completamente irrelevante: o que importa é se o indicado valoriza as instituições republicanas e seus valores fundantes (liberdades públicas, inclusão social, fraternidade e paz universais etc.)

Se o indicado respeitar e, mais do que isso, se ele valorizar de fato as instituições e os valores republicanos, não importa se ele é católico, ateu, budista, presbiteriano, umbandista, cardécista, positivista, luterano, satanista ou evangélico.

Antes de seguirmos adiante, uma pequena digressão. Ao contrário do que prega a mistificação parlamentarista, o parlamento não é uma instituição de “debates” e serve mal para a defesa das garantias e das liberdades públicas. Se o Congresso Nacional, representado pelo Senado, quisesse de fato garantir as instituições republicanas, deveria ter dado uma resposta institucional e reprovado a cínica indicação clericalista do ministro “terrivelmente evangélico”; essa recusa teria um peso e um impacto muito maiores que a mera decisão individual de David Alcolumbre de postergar por cinco meses a sabatina de André Mendonça.

Aliás, o concomitante desprezo do conjunto do Congresso Nacional pela ordem do próprio STF para tornar público o “orçamen-

to secreto” – que é o instrumento atual da corrupção política em favor dos parlamentares – deveria bastar para pôr abaixo todas as pretensões parlamentaristas, apesar da retórica diversionista que trata do “presidencialismo de coalizão”.

Política identitária é invenção da direita na Alemanha das décadas de 1920 e 30

Enfim, a futura nomeação do ministro do STF “terrivelmente evangélico” coroa paradoxalmente uma política seguida desde sempre pela... Igreja Católica. Essa instituição combateu a laicização do Estado em 1889–1891, voltou orgulhosa ao poder em 1931 e, sempre que pode, reafirma suas pretensões a religião oficial do país, bem como um sem-número de privilégios políticos, fiscais, pedagógicos (como no caso da Concordata de 2008, assinada por Lula).

Em face disso, os evangélicos sempre foram ambíguos: defendem a laicidade apenas para opor-se aos católicos, mas, quando percebem que podem ganhar, aliam-se despidoradamente aos inimigos da véspera (novamente, a Concordata de 2008 é exemplar). Não

se trata, portanto, de respeito doutrinário à laicidade do Estado ou às instituições republicanas: é a mais rasante conveniência política.

A aprovação do ministro “terrivelmente evangélico” – indicado pelo “católico” Jair Bolsonaro – é também a vitória da política identitária. O identitarismo opõe-se violentamente aos universalismos republicanos, ao defender uma política de representação das identidades, em termos de proporcionalidade demográfica.

Em outras palavras, o identitarismo rejeita a concepção de que a República é composta por cidadãos e que se constitui de regras universais; ao mesmo tempo, o identitarismo defende a concepção de que a política serve para representar os particularismos e que a República é apenas a justaposição desses grupos particularismos, que teriam direito a nacos do Estado com base nas proporções demográficas da população brasileira – idealmente, por meio de... cotas. Sem tirar nem pôr, foram exatamente essas as justificativas de Bolsonaro ao fazer a indicação do ministro “terrivelmente evangélico”.

Mas também é importante realçar que a política identitária é indiferente ou até hostil à laicidade do Estado, defendendo-a apenas se e quando lhe convém,

sem maior engajamento filosófico e político. E mais do que isso: embora o identitarismo seja atualmente instrumento da esquerda, dos chamados “progressistas”, o fato é que a política identitária é uma invenção da direita, na Alemanha das décadas de 1920 e 1930, cuja expressão máxima coube a um cabo e pintor de rua que obteve o poder. Enfim, os efeitos nefastos do identitarismo deveriam agora, mais do que nunca, estar claros para todos, na medida em que o identitarismo foi aplicado à perfeição no Brasil.

Indicado contra a laicidade e a República, a partir de uma concepção identitária, André Mendonça já deixou claro que não entende o que é a laicidade – e, portanto, o que é a República. Para ele, respeitar o Estado laico significa limitar-se a não fazer orações no plenário ou no ambiente do STF.. Isso é mais ou menos o mesmo que dizer que um servidor público deve respeitar o Código de Ética, e que isso significa não andar pelado nas repartições públicas.

A laicidade é não conceder privilégios para as doutrinas e suas igrejas; é não restringir a cidadania aos adeptos de uma determinada instituição; é não ser indicado para a vaga de ministro do STF por ser pastor de uma igreja; é não deturpar a belíssima frase

de Neil Armstrong para comemorar o particularismo identitário da sua aprovação como futuro integrante do STF.

Para concluir, é importante lembrar: o Positivismo (como filosofia social e política) e os positivistas (como cidadãos brasileiros) são uns dos poucos, se não forem simplesmente os únicos, que defendem a laicidade do Estado e o universalismo da República, como elementos da Ordem e do Progresso do Brasil e da Humanidade.

Desde o início de suas atividades no Brasil, na década de 1870, os positivistas sempre deixaram claro que laicidade e republicanismo andam juntos, apoiam-se e reforçam-se; combater um é combater o outro, necessariamente. Assim, é como positivista e, portanto, como cidadão brasileiro que observe: o presidente da República que, com base em uma concepção de identitarismo clericalista, indicou um “ministro terrivelmente evangélico”; o Congresso Nacional, que atuou como cúmplice na sabatina desse indicado; o próprio pastor terrivelmente evangélico – todos atuam contra a laicidade e contra a República; contra a ordem e o progresso.

Gustavo Biscaia de Lacerda é sociólogo da UFPR e doutor em Sociologia Política.

Nunca é tarde para se educar financeiramente

Por Flora Damini

Nos últimos anos, a internet fez com que cada vez mais conteúdos sobre educação financeira surgissem e chegassem nas pessoas. Por meio dos canais no YouTube, páginas no Instagram ou cursos com preços mais acessíveis disponibilizados por instituições de ensino em suas plataformas, pudemos notar que esse movimento certamente ajudou a disseminar a importância do tema para um público que antes tinha pouco ou nenhum conhecimento.

Porém, isso ainda não

foi o suficiente para que o país atingisse bons níveis de educação financeira, como aponta a pesquisa S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey, realizada com mais de 150 mil pessoas e que revelou que o Brasil ocupa o 74º lugar no ranking global, ficando atrás de nações menos favorecidas financeiramente como Zimbábue, Togo e Madagascar.

Ainda que estudar sobre economia e investimentos possa trazer diversos benefícios para a vida das pessoas, muitos acreditam que é um conteúdo difícil de absorver e acabam desistindo no

meio dos estudos ou nem ao menos os iniciando. Há ainda aqueles que pensam que não irão conseguir aplicar nada do que é ensinado e por isso se afastam de um aprendizado com um enorme potencial transformador.

Brasil ocupa o 74º lugar no ranking global, ficando atrás de Zimbábue e Togo

Um dos principais responsáveis pelo atual cenário brasileiro da educação financeira está dessa forma é a falta desses conteúdos

sendo aplicados nas grades curriculares das escolas com mais intensidade e de forma focada. Temos no país uma iniciativa pública que visa mudar essa situação, chamada de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), que tem como proposta desenvolver materiais de educação financeira principalmente para crianças e jovens, incentivando o interesse por esse universo desde cedo e disponibilizando ferramentas educativas que possam de fato fazer a diferença na trajetória desses alunos.

Porém, a realidade é que, hoje em dia, para uma pes-

soa aprender os conceitos mais básicos, como poupar dinheiro, até os mais complexos, como aportar no mercado de capitais, precisa fazer uma faculdade relacionada ao tema ou procurar sozinho por cursos especializados que ofereçam esse tipo de conteúdo. E, para boa parte da população, entrar em contato com esses aprendizados apenas na vida adulta acaba tornando o entendimento ainda mais difícil, o que faz com que fiquem excluídas do sistema bancário.

Por isso, concluo que além de investir mais na disseminação desses materiais,

para que alcancem todos os indivíduos, principalmente os menos afortunados e que poderiam se beneficiar imensamente com os ganhos do mercado, não podemos deixar que as dificuldades no meio do caminho desanimem a ponto de afastar as pessoas dessa jornada de conhecimento. Quanto mais pessoas conscientes e aptas a gerenciar suas rendas com inteligência tivermos, mais a economia do país terá possibilidades de crescer. É por esse futuro que precisamos lutar.

Flora Damini é partner and investor relations da Pandbora Investimentos.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetecom.com.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Guedes esperava muito da educação

Na virada do século, este colunista conversou com Paulo Guedes, que acabara de ficar com a parte educacional do Ibmecc, separada da área institucional. O economista, que se tornaria ministro, projetou os 2 setores que seriam mais promissores no século 21: comunicação e educação.

No caso do primeiro, talvez Guedes tenha atirado no que viu e acertado no que não viu. Os tradicionais grupos de comunicação passam por maus bocados nos anos 2000, afetados pelas grandes empresas da internet, que monopolizam – literalmente – as atenções. De certa forma, não deixam de ser da área de comunicação, embora faturem vendendo dados pessoais.

Na educação, o Brasil viu a criação de grandes redes de – vá lá – ensino. Nos últimos anos, essas empresas passam por processo de consolidação (tradução: compram umas às outras, reduzindo a concorrência). Mas os resultados acabaram ficando aquém do esperado, e algumas parecem andar de bicicleta: se param de pedalar (comprar), vão ao chão. Com pandemia, desemprego e inflação, a situação ficou um pouco mais difícil.

O Governo Bolsonaro resolveu dar uma mão à profecia de Guedes ao liberar o Prouni – criado pelo PT para beneficiar alunos de escolas públicas, mas de quebra garantindo uma bela renúncia fiscal às faculdades – para estudantes do ensino privado.

Se

Se as eleições fossem hoje, Lula seria eleito no primeiro turno, mostra a mais recente pesquisa. Mas as eleições não são hoje, e instituto de pesquisas não garante votos.

Mortal

Já é conhecido o lucrativo turismo de saúde (pessoas que se deslocam em busca de tratamentos de excelência). O Governo Bolsonaro acaba de inaugurar o turismo de doença.

Rápidas

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil realizará em 13 e 14 de dezembro a 11ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que celebra os 50 anos da entidade, no Teatro Bradesco, em São Paulo (SP), e online. Detalhes em ibracon.com.br/conferencia *** Manchester anuncia uma nova unidade em Três Rios. A 6ª unidade do grupo promete gerar cerca de 30 postos de trabalho com sua inauguração *** A médica ortopedista e especialista em cirurgia de mão Marcella Rodrigues palestrará em uma mesa redonda nesta quinta, das 8h50 às 9h40, sobre deformidade em dedos de crianças, durante três dias o 41º Congresso Brasileiro de Cirurgia de Mão, o 18º Congresso Latinoamericano de Cirurgia de Mão e o 12º Congresso Latinoamericano de Terapeutas de Mão, no Windsor Barra Hotel (RJ) *** Com o objetivo de fortalecer organizações sem fins lucrativos que atuam no combate ao racismo, o BVA Advogados lança o edital “Pro Bono”. As inscrições seguem até 20 de janeiro em bit.ly/probono-bva *** Ricardo Saravalle assumiu o cargo de head de Varejo e Bens de Consumo na Bip Brasil *** Desta sexta a domingo, o Fashion Mall recebe a edição de Natal do Coletivo Licuala, que contará com palestra gratuita da taróloga Adriana Kastrup, sábado, às 17h *** Os pesquisadores do FGV Ibre Armando Castelar, José Júlio Senna e Sílvia Matos se reúnem nesta quinta, 10h, no IV Seminário de Análise Conjuntural. Informações: evento.fgv.br/ibre_analiseconjuntural_09

Conhecer o Brasil sem pagar impostos e contribuições

Benefício para turista estrangeiro foi aprovado na CCJ da Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira proposta que assegura a turistas estrangeiros, quando da saída do país, o direito à restituição de impostos e contribuições cobrados em razão da aquisição de bens e mercadorias no Brasil. O texto, que segue para análise do Plenário, cria o programa *Tax Free* (do inglês, livre de impostos). Medida pode estimular o consumo de turistas estrangeiros no Brasil, acreditam os favoráveis à proposta.

Os deputados Otávio Leite (PSDB-RJ) e Pompeo de Mattos (PDT-RS) afirmaram que o *Tax Free* é um inductor ao consumo de bens e serviços brasileiros. “O que se quer é a introdução

líquida de capital no Brasil por pessoas que vêm de fora. Isso anima o processo econômico, gera emprego, gera renda”, disse Leite. “A medida “não tira nada dos brasileiros, disse Mattos”.

Pela proposta, serão restituídos ao turista estrangeiro os valores pagos a título de IPI, PIS/Pasep e Cofins, cabendo aos estados decidir sobre a restituição do ICMS, que é estadual. As regras gerais de funcionamento do programa serão definidas pelo governo federal, incluindo, por exemplo, o valor mínimo de gastos para adesão ao *Tax Free*.

Segundo a Agência Câmara de Notícias, a solicitação de reembolso, segundo o texto, deverá ser formulada em postos definidos com a marca *Tax Free*. Os locais

de instalação desses postos e os custos operacionais serão definidos pela União e por estados conforme o modelo operacional a ser implantado no País.

O relator, deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), recomendou a aprovação da matéria na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação. Para neutralizar os efeitos sobre a arrecadação, o texto determina que o Executivo deverá incluir a previsão de renúncia fiscal na proposta de lei orçamentária.

O substitutivo, de autoria do deputado Fernando Monteiro (PP-PE), altera o texto original dos projetos de lei complementar 353/17, do ex-deputado e atual senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB),

e 551/18, que tramita em conjunto.

Contrárias à isenção de tributos para turistas estrangeiros, as deputadas Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ferenanda Melchionna (Psol-RS) e Sâmia Bomfim (Psol-SP) defenderam, como alternativa, aumentar a capacidade de consumo da própria população brasileira. “Por que não se propõe que o povo brasileiro tenha o direito de fazer o turismo na sua própria terra com abatimento de impostos?”, questionou Sâmia.

Na avaliação das deputadas, a maneira mais eficiente de estimular a economia nacional, incluindo o setor de turismo, é reduzindo os impostos sobre o consumo e aumentando os tributos sobre renda e patrimônio.

Câmara rejeita ‘PL antiterrorismo’

A Câmara dos Deputados rejeitou nesta quarta-feira a urgência para votar o Projeto de Lei (1595/19) que cria uma polícia política que permite ao presidente Jair Bolsonaro perseguir opositores. O PL conhecido como “PL antiterrorismo” ou “PL de ações contraterroristas”, é de autoria do deputado bolsonarista Major Vitor Hugo (PSL-ES), cuja proposta foi aprovada em comissão especial em setembro último.

Articulados com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), bolsonaristas colocaram em votação no plenário da Casa um pedido de urgência pela ala go-

vernista. O objetivo é criminalizar os movimentos sociais e qualquer oposição ao governo Bolsonaro. No texto, é proposto enquadrar atos que tenham “a intenção de intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência”.

PEC dos Precatórios

A promulgação da PEC dos Precatórios nesta quarta-feira pelo Congresso Nacional foi marcada por um bate-boca entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a senadora Simone Tebet (MDB-MS),

que acusou Pacheco de descumprir um acordo firmado com líderes do Senado, que aceitaram o fatiamento da promulgação desde que dois artigos do texto fossem aprovados em conjunto.

Um dos artigos, o 107, permite a quebra do teto de gastos, abrindo um espaço fiscal de R\$ 60 bilhões. O artigo 4 vincula os R\$ 60 bilhões a gastos para o pagamento do Auxílio Brasil e seguridade social. O texto promulgado nesta quarta-feira inclui o artigo 107, mas não o 4, abrindo a possibilidade, portanto, de que a Câmara dos Deputados, quando votar o artigo que vincula os R\$ 60 bi aos gastos sociais, possa destinar a verba a outras questões, como emendas, por exemplo. Pacheco negou que tenha feito um acordo neste sentido com os colegas

GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2 - CNPJ nº 07.742.454/0001-87 - Edital de Convocação: Ficam os senhores Quotistas do GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2 (“Fundo”) convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Cotistas, a realizar-se em primeira convocação no dia 20 de dezembro de 2021, às 11 horas, na sede social do Administrador do Fundo, na Av. das Américas nº 3434, Bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberar sobre: (i) a aprovação de proposta para a cessão de direitos creditórios que compõem a carteira do Fundo, inclusive quanto à (a) constituição de desconto sobre o valor pago pela operação; (b) condição resolutive da cessão; e (c) constituição de garantia da operação; (ii) a contratação, pelo Fundo, de assessor legal para estruturação da referida operação; e (iii) a autorização para que o Administrador adote todas as medidas necessárias no sentido de refletir os interesses dos Cotistas, conforme o que for deliberado. Não havendo quórum para a realização da Assembleia Geral de Quotistas em primeira convocação, esta será realizada no dia 28 de dezembro de 2021, no mesmo horário e local, valendo este Edital também como segunda convocação. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2021. Oliveira Trust DTVM S.A. - Administrador.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES
CNPJ/MF nº 02.677.174/0001-19 - NIRE: 3330026078-1
EDITAL DE CONVOCACÃO
Ficam convidados os Senhores Acionistas desta empresa a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 17 de dezembro de 2021, às 10 horas, na sede social da empresa, localizada na Rua General Gurjão nº 02 – parte, Caju, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise e deliberação sobre o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021. Vitoria Ferreira Damiano - Diretora Presidente.

BRÁS DE PINA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 35.687.964/0001-34 - NIRE 33210886819
Ata de AGE em 17/11/21. Data, Hora e Local. No dia 17/11/21, às 13h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em face da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. **Mesa:** Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Secretário: Felipe Franco da Silveira. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Cia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade.** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Reeleger, para o cargo de Diretor Presidente da Cia., o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0 - IFRJ e CPF 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Reeleger, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9 - SSP/SP e CPF 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Por fim, o acionista autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se, na forma de sumário, a ata referente a esta AGE, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A., que foi aprovada pelos presentes. RJ, 17/11/21. **Mesa:** **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente; **Felipe Franco da Silveira** - Secretário. Jucerja em 03/12/21 sob o nº 4660181. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE: 33.3.0016653-0
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/11/2021: Data, Horário e Local: Aos 30/11/2021, às 13:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, nº 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Mesa:** Sr. Mariano Carlos Ferrari – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Convocação e Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio. **Deliberações Aprovadas:** Os acionistas aprovam por unanimidade de votos, conforme recomendação do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em novembro de 2021 e a ser pago em ou antes de 31/12/2021. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mariano Carlos Ferrari – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol Upstream B.V., Repsol Exploração, S.A. e TipTop Luxembourg S.A.R.L. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 30/11/2021. **Secretária da Mesa:** Carolina Assano Massocato Escobar. Jucerja nº 4660293 em 03/12/2021.

OT PAGAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 35.203.533/0001-55 / NIRE JUCERJA 33.3.0033233-2
Extrato de Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03 de Novembro de 2021
Local e Presenças: sede social da Companhia, localizada na Cidade do Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, Barra da Tijuca. Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social. **Deliberações:** O único acionista da Companhia deliberou por aprovar a dissolução da sociedade, bem como nomear o liquidante da Companhia, o Sr. Alexandre Lodi de Oliveira, restringindo a sua gestão aos negócios inadiáveis e os necessários à liquidação da sociedade, empregando o nome empresarial acrescentado da expressão “EM LIQUIDAÇÃO” e de sua assinatura individual, com a declaração de sua qualidade (liquidante). Fica estabelecido que o liquidante deverá: (a) levantar, em até 30 dias, o balanço patrimonial de liquidação da sociedade, devendo liquidar os passivos e realizar os ativos, valendo-se do processo que julgar pertinente, devendo esse processo ser encerrado em até 60 dias a contar da presente data; (b) promover o distrato de todos e quaisquer contratos celebrados pela sociedade; (c) após a liquidação dos passivos e realização dos ativos da sociedade, e depois de pagas as despesas para a formalização da dissolução ora deliberada, incluindo honorários de contadores, despachantes, advogados e despesas de registros e baixas perante os órgãos públicos, os sócios partilharão de eventual saldo remanescente do caixa e das aplicações financeiras da sociedade, na proporção de suas participações no capital social; (d) pagar as despesas e partilhado o saldo remanescente dos ativos, não havendo outros ativos e passivos a serem liquidados, a sociedade será automaticamente considerada liquidada, em razão do que os deveres do liquidante se restringirão a: (i) regularização da extinção da sociedade perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, Receita Federal e às demais repartições e órgãos públicos, tendo em vista o encerramento das atividades realizadas pela sociedade, praticando, para tanto, todos os atos que se façam necessários; e (ii) representação da sociedade em todos os atos jurídicos em que eventualmente se tornem necessárias a sua participação e/ou interferência, atos esses que decorram de sua anterior atividade social; e (e) os livros e demais documentos sociais permanecerão em poder do liquidante, a qual será responsável pela boa guarda e conservação dos mesmos pelo período de 05 anos, contado a partir da data de assinatura do presente ato. **Arquivada na JUCERJA em 01/12/2021 sob o n.º 00004658203, Sec. Geral Jorge Paulo Magdaleno Filho e encontra-se disponível para consulta na sede social da Companhia.**



LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Petrobelli
pietrobelliantonio0@gmail.com

Prédio da Editora Três vai a leilão

A Editora Três, que publica as revistas *IstoÉ*, *Dinheiro*, *Rural*, *Menu*, *Planeta* e *Gente*, leva a leilão, no dia 13 de dezembro, um imóvel industrial de 129.760 m², localizado na cidade de Cajamar (SP). O pregão será realizado por Fernando Cerello, leiloeiro oficial da Mega Leilões, e os lances podem ser dados diretamente no site da casa de leilões (megaleiloes.com.br), a partir das 10h. O lance mínimo para a compra do imóvel no primeiro leilão é de R\$ 40.425.000,00.

O imóvel, antiga gráfica da editora, está previsto no plano de recuperação judicial anunciado em abril de 2020, e a venda é para quitar parte das dívidas. Com a pandemia causada pelo coronavírus, a Editora Três abriu um pedido de recuperação judicial com a justificativa de ter sofrido os impactos da crise. Vale lembrar que esse é o terceiro pedido de recuperação judicial, sendo o primeiro em 2008 e o segundo em 2016.

Destaque de casa em Padre Miguel

Leandro Brame (brameleiloes.com.br) comunica realização do leilão do imóvel localizado na Rua Arindo da Silva Alves, lote 10 do PAL 18.612, Padre Miguel, na freguesia de Campo Grande, junto e depois do prédio nº 85, localizado a 83m do início da curva de concordância com a Estrada da Água Branca, com área de 225m², medindo 9m de frente e fundos, por 25m de ambos os lados, confrontando à direita com o lote 09, à esquerda com o lote 11 e nos fundos com terrenos da Cia. Brasileira de Imóveis e Construções.

O imóvel é de ocupação residencial, com 225m² de área edificada, idade 1982, cercado por muros em alvenaria de tijolos, com portões metálicos, possuindo a residência revestimento exterior nas paredes de cerâmica cor amarela, varanda e garagem com piso em cerâmica cor vermelha, sala, dois quartos, copa, cozinha, área de serviço e quintal. Avaliação: R\$ 160.000,00. Leilão em andamento.

Casa de alto padrão na Barra

Jonas Rymer (rymerleiloes.com.br) anuncia leilão de casa de alto padrão com 793m² na Barra da Tijuca. O imóvel está localizado dentro do Condomínio Wimbledon Park, o qual dispõe de segurança 24 horas com monitoramento, balsa para a praia e de uma área de lazer completa composta por academia, campo de futebol, clube exclusivo, quadra de tênis, quadra poliesportiva, salão de festa e diversos outros atrativos. Além disso, encontra-se próximo a supermercados, hortifruti, hospitais, escolas, shopping, BRT, com acesso fácil à via expressa. Avaliação: R\$ 3.647.974,60. Leilão em andamento.

Promoção de terreno em Araruama

Sergio Represas (sergiorepresasleiloes.com.br) promove leilão do lote de terreno 17, situado na quadra I, do loteamento denominado Granjas do Trevo Fica de frente para a Estrada de São Vicente. Está na Zona Urbana do Primeiro Distrito de Araruama, Rio de Janeiro. Imóvel tem área de 450m². Avaliação: R\$ 60.000,00. Leilão aberto.

Oferta de terreno em Maricá

Silas Barbosa Pereira (ssl1.visar.com.br/silasleiloeiro.lcl.br) faz oferta de terreno na Estrada Oscar Vieira da Costa Junior, 111, Lote de Terreno 25 da Quadra Z, Cajueiros, Maricá/RJ – Condomínio Solaris Residencial Clube. Terreno plano e sem construção, em regular estado de conservação, em frente a uma praça. Imóvel em condomínio com área de lazer: clube, quadra poliesportiva, piscina, oito churrasqueiras, academia, pavimentação, água fornecida pela concessionária local, com esgoto, transporte público, rodovia de acesso pavimentada e com iluminação pública. Avaliação: R\$180.000,00. Leilão em andamento.

Micros geraram cerca de 80% das vagas de trabalho em outubro

Levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), divulgado nesta quarta-feira, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que das 253 mil vagas criadas em outubro, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 201,7 mil novos postos de trabalho, ou seja 79,7%. Nos meses anteriores, segundo o Sebrae, esse percentual girava em torno de 70%.

Segundo o presidente do Sebrae, Carlos Melles, mesmo com a nova metodologia adotada pelo Caged, as micro e pequenas empresas

(MPE) mantiveram o bom desempenho apresentado desde a retomada da geração de empregos no país. “Mesmo com um quantitativo menor do que o observado nos últimos meses, devido à mudança de metodologia, os pequenos negócios são os que mais têm ajudado no aumento da criação dos novos postos de trabalho no país. São eles os grandes responsáveis pelo sustento de milhões de famílias brasileiras”, ressaltou Melles, em nota.

No acumulado do ano, 72,7% das vagas criadas entre os meses de janeiro e outubro são dos pequenos negócios. No total, foram gerados, no Brasil, 2,6 mi-

lhões de empregos, sendo que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 1,9 milhão. “No mês de outubro, o acumulado de vagas criadas pelas MPE cresceu de cerca 1,8 milhão para 1,9 milhão, enquanto nas médias e grandes, o incremento foi de apenas 3 mil vagas, passando de 587,7 mil para 590,7 mil”, observou o presidente do Sebrae.

Quando analisada a geração de empregos por setor, em outubro, as micro e pequenas empresas do segmento de serviços foram as que mais criaram vagas (87,5 mil), como vem ocorrendo nos últimos meses. Em segundo lugar ficaram as empresas do comércio,

com 61,3 mil novos postos de trabalho, seguidas pelas da indústria de transformação (28,4 mil) e construção civil (22,6 mil). Já os pequenos negócios da agropecuária apresentaram saldo negativo de 1,15 mil vagas.

Ao analisar as empresas de médio e grande porte, no mesmo período, dos principais setores monitorados, três apresentaram saldo negativo. Construção, com fechamento de 6,7 mil vagas, seguida pela agropecuária (menos 2,3 mil) e indústria de transformação (menos 81). Nesse segmento, o setor de serviços apresentou incremento de 53,9 mil vagas e o comércio, de 7,1 mil novos postos.

Comunicações: De R\$ 9,7 bi de multas, só R\$ 900 mi foram pagas

O ministro das Comunicações, Fábio Faria participou nesta quarta-feira de uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado e disse que o leilão das redes de telefonia móvel de quinta geração (5G) pode corrigir falhas na aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Criado em 2000, o Fust arrecadou o equivalente a R\$ 36 bilhões por meio da contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta das empresas telecomunicações.

Segundo Faria, “nenhum centavo” foi gasto na universalização das telecomunicações. Realizado em novembro, o leilão do 5G

arrecadou R\$ 47,2 bilhões que, segundo o ministro, serão aplicados na expansão da rede em localidades sem internet. “A gente tem um fantasma que se chama Fust, que já existe há mais de 20 anos e foi criado para que a gente pudesse resolver o ecossistema de internet. De R\$ 23 bilhões do Fust arrecadados em valores nominais, que hoje dariam R\$ 36 bilhões, nenhum centavo foi utilizado em telecom. A prioridade do Fust qual foi? Abater déficit e juros. Superavit primário. A gente está fazendo uma correção do Fust”, disse Fábio Faria.

A audiência pública foi sugerida pelos senadores Rodrigo Cunha (PSDB-AL), presidente da CCT, e Jean Paul Prates (PT-RN), que deve apresentar um

relatório sobre a implantação das redes 5G como política pública fiscalizada neste ano pela comissão. Jean Paul questionou o ministro sobre punições impostas às empresas de telefonia que eventualmente descumpram as obrigações previstas no edital do leilão. “A gente tem um histórico muito difícil no Brasil. São 63 mil multas aplicadas, que somam R\$ 9,7 bilhões. Desse, apenas R\$ 900 milhões foram pagos e arrecadados de fato. Ou seja, menos de 10%. Se contar o que foi cancelado pela Justiça ou prescreveu, dá cerca de 7%. Se o ritmo das multas continuar sendo esse, a impunidade fica estabelecida. Como dar mais efetividade? — questionou Jean Paul Prates.

Fábio Faria disse também que a implementação do 5G “é muito mais fácil” de fiscalizar. De acordo com o ministro, como o funcionamento das redes depende da instalação dos cabos de fibra ótica, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem como saber in loco se o serviço foi ou não prestado pela operadora. “Ou tem a fibra ou não tem a fibra. A empresa deixa bens e valores em garantia. No momento em que parar de investir em qualquer obrigação, ela perde 100% de tudo o que fez. É feita uma nova licitação naquele momento e chama-se um novo player para entrar no lugar. Se a empresa não cumprir, ela vai perder. Os equipamentos ficam”, explicou o gestor.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
STIELETRÔNICA S.A. – CNPJ: 33.096.926/0001-81 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2021/04917, Licença Ambiental Municipal para FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA ILUMINAÇÃO, TAIS COMO: RELÉS FOTOELÉTRICOS, TOMADAS PARA RELÉS FOTOELÉTRICOS E CHAVES MAGNÉTICAS PARA COMANDO DE IP, situada na AV. ITAÓCA, 1956 – INHAUMA - RIO DE JANEIRO - RJ.

MACIFE S.A. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
CNPJ nº 33.034.208/0001-80 - NIRE 33.300.108.81-5
Edital de Convocação da Assembleia Gerais Ordinária e Extraordinária. Ficam convidados os Srs. Acionistas da **MACIFE S.A. Materiais de Construção**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da empresa na Av. Presidente Vargas, 509 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, no dia 16 de dezembro de 2021, às 12:00 horas, em primeira convocação e às 12:30 horas, em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: **Na AGE:** Reforma do Estatuto Social e Assuntos Gerais de Interesse da Companhia. **Na AGO:** Deliberação sobre o Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020 e destinação do Resultado do Exercício. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2021
Isabela Romina Albernaz Diniz - Diretora

BENTO RIBEIRO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 35.749.973/0001-02 - NIRE 33.2.1089162-6
Ata de AGE em 17/11/21. Data, Hora e Local. No dia 17/11/21, às 12:30h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em face da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. **Mesa.** Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Secretário: Felipe Franco da Silveira. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Cia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade.** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Reeleger, para o cargo de Diretor Presidente da Cia., o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0 - IFF/RJ e CPF 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Reeleger, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9 - SSP/SP e CPF 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Por fim, o acionista autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se, na forma de sumário, a ata referente a esta AGE, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A., que foi aprovada pelos presentes. RJ, 17/11/21. **Mesa: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente; **Felipe Franco da Silveira** - Secretário. Jucejca em 02/12/21 sob o nº 4658770. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

COMPART S/A COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 30.262.695/0001-40
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Convidamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem no dia 17/12/2021, às 11:00 horas, na sede social, na Av. Rio Branco, nº 26 - 16º andar, Rio de Janeiro, RJ, em Assembleia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da diretoria e fixação da respectiva remuneração; b) Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 06/12/2021. A Diretoria.

ÁGUA BRANCA – ER – EMPREENDIMENTO RURAL LTDA.
CNPJ nº 07.946.343/0001-92
1º CONVOCAÇÃO – Reunião de Sócios. O Espólio de João Borges Netto, neste ato representado por seu inventariante **Alexandre Rocha de Freitas**, e-mail afreitas@fortifia.com, na qualidade de sócio da sociedade Água Branca – ER – Empreendimento Rural Ltda, CNPJ/MF sob o nº 07.946.343/0001-92, vem, respeitosamente, Notificar / Convocar Extrajudicialmente o sócio **Espólio de Therezinha Kós Ribeiro**, na pessoa de seu inventariante, o Sr. **Eduardo Ribeiro Lamounier**, CI nº 2.336.055 - IFF, CPF/MF nº 295.603.227-53, residente na Rua Artur Ararape, nº 106, aptº 502, Gávea, RJ/RJ, Cep 22.451-020, para a Reunião de Sócios da Sociedade Água Branca – ER – Empreendimento Rural Ltda a ser realizada em primeira convocação no dia **20/12/2021**, às 09h:00 no endereço: **Av. Quintino Bocaiuva, nº 311, sl. 401, São Francisco, Niterói, RJ, CEP: 24.360-022**, e em segunda e última convocação às 09h:30 do mesmo dia e no mesmo local, para deliberarem sobre os seguintes assuntos na ordem do dia: 1. nomeação dos novos administradores da sociedade e alteração contratual para o fim de averbar a nomeação destes administradores, assim como para averbar a atualização do contrato social; 2. rratificar atos anteriores praticados e 3. assuntos gerais de interesse da sociedade. Niterói, 08/12/2021. **Espólio de João Borges Netto** - Alexandre Rocha de Freitas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (ELEITORAL)
ANO ELEITORAL DE 2021 - Eleições diretas para o biênio 2022/2023
O Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, no uso de suas atribuições, comunica aos associados efetivos adimplentes e aos remidos que, nos termos do Estatuto em vigor, no dia 21 (vinte e um) de dezembro do corrente ano, às 10 horas em 1ª convocação e às 10:30 horas em 2ª e última convocação, no Auditório da Liga de Defesa Nacional – LDN / RJ, Avenida Augusto Severo nº 8, sala 304 – Rio de Janeiro – RJ, entrada lateral pela Rua Teixeira de Freitas 5 – Lapa, ocorrerá a votação presencial e serão apurados os votos, conforme estabelecem as Normas Eleitorais vigentes, para a eleição dos 10 membros que comporão o Conselho Superior, para decidir sobre a eleição, ou não, dos membros para compor o Conselho Fiscal em número inferior ao previsto no Art. 25 do Estatuto, em virtude da impugnação de candidato inscrito, por deixar de atender ao previsto no Art.11 do Estatuto e para decidir sobre a aclamação, ou não, da Chapa Única inscrita para a eleição da Diretoria Executiva, devido à impedimento de um de seus membros, por deixar de atender ao previsto no Art. 44 do Estatuto em vigor. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2021.
Prof. Dr. ANTONIO CARLOS ALONSO DEL NEGRO
Presidente

Inovação em Seguros concederá NFTs a vencedores

Uma das novidades do Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), será a concessão de NFTs aos vencedores nas três categorias em disputa. Os NFTs, sigla em inglês para token não fungível, são novos formatos de ativos digitais que se integram à tecnologia blockchain.

Os NFTs equivalem a certificados que representam, no mundo digital, objetos de valor percebido elevado, como obras de arte, itens colecionáveis, músicas, GIFs entre outros, e cada vez mais populares em cursos e prêmios, incluindo o Oscar. Enfim, um certificado digital de posse real do indivíduo que tem o token.

“Decidimos lançar essa novidade para ratificar o compromisso de inovação que está no DNA do Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga. Ou seja, o Prêmio acompanha as tendências da inovação”, destaca Solange Beatriz Palheiro Mendes, diretora-executiva da CNseg.

Outra novidade será o show especialmente criado para o evento com apresentação de músicas que traduziram avanços e rup-

turas em suas épocas. Por exemplo, a canção “Penny Lane/ Strawberry Fields”, dos Beatles, um compacto que deu origem ao revolucionário “Sargent Peppers” e fonte de inspiração para deflagrar o Tropicalismo no Brasil. Também vão fazer parte músicas que marcaram a história do seguro e registraram as grandes invenções do século XX, como o rádio, a tv, a internet até chegar aos dias de hoje, com Emicida e Marília Mendonça, que provocou uma revolução na música sertaneja cantando o empoderamento feminino.

Nesta edição do Prêmio, 15 finalistas disputam os três primeiros lugares nas categorias “Produtos e Serviços”, “Comunicação” e “Processos e Tecnologias”. Os vencedores serão conhecidos na cerimônia virtual de premiação no próximo dia 15 de dezembro, a partir das 16h. O evento será transmitido pelo canal da CNseg no YouTube.

Com 11 anos de existência, a premiação contou, nesta edição de 2021, com o número recorde de 167 projetos inscritos. Ao longo de todas as edições, mais de 850 projetos foram inscritos. Veja quem são os finalistas pelo link: premioseguro.com.br/finalistas2021

Aconsej-RJ mostra um 2022 promissor para as assessorias

Em reportagem especial da edição, os executivos confirmam a rápida resposta do setor e sua adequação aos tempos de desafios que foram superados com apoio da tecnologia e da inovação hoje presentes em em processos e nas atividades do setor. A tendência é reforçada pelo relatório “Transformação Digital na América Latina - 2021”, do fundo de venture capital Atlântico, que está na página 28 e traça as principais mudanças com a digitaliza-

ção em diversos setores nos países latino-americanos.

Dentre todos os países da América Latina, o Brasil aparece na liderança no número de startups focadas em seguros na região, com 98 no ano de 2020. O crescimento foi grande nos últimos anos. Em 2015 existiam 34 startups. O cuidado com a própria vida e os seus bens é uma das principais preocupações dos latino-americanos, em especial, dos brasileiros, constata o relatório.

Programa AceleraD’Or de Mentoria entra em fase decisiva

Em fase decisiva para a escolha das 10 empresas participantes do projeto, o Programa AceleraD’Or de Mentoria, patrocinado pela D’Or Consultoria, teve repercussão positiva e contou com a inscrição dos mais variados perfis de empresas de diversas regiões do Brasil, totalizando 130 inscritos. Alguns dos estados que marcaram presença nesta fase de inscrição foram: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros.

O programa, que não teve qualquer custo de inscrição e nem para as empresas futuramente selecionadas, conta com um time de especialistas com mais de três décadas no setor e visa au-

xiliar empresas do mercado nos principais desafios de gestão.

Bruno Iannuzzi, CEO da D’Or Consultoria e um dos mentores do programa, ressalta a importância da iniciativa junto aos corretores. “Estamos muito satisfeitos com o número de interessados em participar do Programa AceleraD’Or de Mentoria e agradecemos todas as empresas que confiam na nossa expertise. Está no DNA da D’Or Consultoria promover o compartilhamento de conhecimento e experiências em um ambiente com profissionais multidisciplinares, auxiliando a alcançarem os objetivos individuais e corporativos de crescimento sustentável, com o compromisso de entrega, qualidade, superação

de desafios e zelo pela excelência no que fazemos”, afirma.

As 10 empresas selecionadas terão, por três meses, o acompanhamento de especialistas que prestarão auxílio para o crescimento do negócio, em networking, exposição e visibilidade das corretoras mentoradas.

Próximas Etapas

O comitê responsável pela seleção dos participantes está avaliando criteriosamente os inscritos e tem a previsão de fechar os nomes dos 10 participantes até 13 de dezembro, para início da mentoria em 17 de janeiro de 2022.

A mentoria será on-line, mas, com o retorno presencial, haverá a possibilidade de que as corretoras partici-

Conversa com investidor: JSL (JSLG3)

Por Bruno Komura, Ouro Preto Investimentos

A JSL, maior companhia de logística rodoviária do Brasil, fechou o 3T21 com uma receita líquida de R\$ 1,2 bilhão, com um crescimento de 60,6% comparado ao 3T20. Seu Ebitda ficou em R\$ 198,3 milhões, crescimento de 68,1%, o que representou uma margem de 17,2%. O lucro líquido somou R\$ 83,1 milhões, crescimento de 377%. Com esses números, a companhia fechou o 3T21 como o melhor de sua história. Além disso, apenas neste trimestre a JSL assinou R\$ 1,2 bilhão em novos contratos para receitas futuras, totalizando no ano R\$ 3,7 bilhões de contratos com receitas em até nove anos.

Neste Conversa com Investidor, Ramon Alcaraz, CEO da JSL, foi entrevistado por Bruno Komura, estrategista de renda variável da Ouro Preto Investimentos.

Como vocês estão vendo o setor de transporte rodoviário no futuro próximo?

Com otimismo. A JSL vem mantendo seu crescimento orgânico e inorgânico graças ao equilíbrio obtido por uma gestão austera, focada na otimização de recursos, aliada ao bom desempenho em seus quatro ramos de atuação (operações de logística dedicada, transporte rodoviário de cargas, distribuição urbana e serviços de armazenagem).

Alguns desses segmentos foram mais impactados do que outros, sobretudo nesse período marcado pela pandemia, mas, na média, fomos favorecidos por um crescimento acelerado de setores como mineração, agro, papel e celulose, e varejo.

O balanço do 3º trimestre de 2021 comprova os bons resultados obtidos, com lucro líquido de R\$ 83 milhões, 377% acima do 3º trimestre de 2020, e alta da receita líquida de 60%, também em comparação com o 3º trimestre de 2020, fechando em R\$ 1,2 bilhão.

O desempenho da JSL e a confiança dos clientes também continuam favorecendo renegociações para adaptação aos novos cenários do mercado e concretização de novos contratos, que só neste 3º trimestre somaram R\$ 1,2 bilhão. No ano, até o momento, já totalizaram R\$ 3,7 bilhões com reflexos positivos garantidos pelos próximos 48 meses. As perspectivas são promissoras.

A indústria automobilística foi afetada pela falta de semicondutores. Como isso deve afetar a frota da JSL?

Um dos fatores que nos favorecem diante desse cenário de dificuldades para compra de veículos – cenário que é sentido em todos os países, não apenas no Brasil – é o fato de que a JSL integra o grupo Simpar, que é o que mais compra caminhões, carros, equipamentos e máquinas no País. A JSL tem uma das maiores frotas do mercado e um excelente

trânsito entre os fornecedores.

Outra vantagem é a de termos uma frota com idade média de 3 anos e meio, em contraposição à média nacional de 18 anos, o que tem sido fundamental para a estratégia de disponibilização de veículos aptos para atender a demanda crescente do mercado, com redução de custos com manutenção, combustível e peças, entre outros.

O que a companhia acha de uma eventual mudança de governo e priorização da indústria automobilística como incentivos para aquisição de caminhões elétricos e caminhões autônomos? Este cenário é provável? Há como se preparar?

Nosso foco em uma política de austeridade e nossa busca constante de crescimento orgânico e inorgânico, com aquisição de empresas complementares aos nossos objetivos, nos ajudam a navegar em diferentes cenários macroeconômicos, mesmo enfrentando variações cambiais e eventuais crises inflacionárias.

O custo da adoção de caminhões elétricos no transporte rodoviário de cargas ainda é bastante alto. A JSL já tem alguns caminhões elétricos, usados principalmente na distribuição urbana, mas também está testando veículos de combustão híbrida (diesel e gás), que demandam menos investimento do que o exigido para a compra de caminhões elétricos e possuem uma emissão de poluentes 30% menor quando comparados a veículos 100% à combustão.

pantes usufruam dos escritórios da D’Or Consultoria em sete capitais do Brasil e vivenciem de perto as oportunidades de negócio com os mentores/especialistas do programa.

O projeto patrocinado pela D’Or Consultoria, empresa de corretagem do Grupo Rede D’Or São Luiz. Fundada em 2015 com aposta total em inovação, a D’Or Consultoria está presente em sete Estados: SP (capital e interior), RJ (capital e Niterói), BA, MG, PE, DF e PR, atende a mais de 1,7 mil clientes, com 2,2 milhões de vidas administradas, movimentando um valor superior a R\$ 3,5 bilhões em prêmio ao ano junto às maiores seguradoras/operadoras de saúde do mercado.

O setor tem alguns potenciais: terceirização da frota e consolidação. Como esses pontos devem evoluir no tempo? O que a companhia tem feito em relação a eles?

A JSL tem uma das maiores frotas próprias do País para o transporte de cargas. Só em 2021 foram adquiridos e estão ativos 498 veículos pesados e 230 leves. Trabalhamos também com caminhoneiros agregados, que são cadastrados depois de detalhada seleção, e que estejam com seus veículos dentro dos padrões e requisitos exigidos pela empresa especialmente no que diz respeito à manutenção e conservação dos veículos. Temos como premissa valorizar e reter os profissionais, tornando-os cada vez mais qualificados com programas contínuos de treinamento, focando em competências individuais e nos valores organizacionais.

A JSL também investe no acompanhamento e segurança durante os percursos, disponibilizando atendimento contínuo aos motoristas e veículos, além de implementar tecnologias que visam garantir as melhores condições de comunicação e trabalho para esses profissionais. A empresa preza pela diversidade, tendo iniciado o programa de formação de mulheres caminhoneiras, o Mulheres na Direção, com aproveitamento das carreiras aprovadas no quadro profissional da própria companhia.

Coordenação: Jorge Priori

NORTE SANEAMENTO S.A.	
CNPJ/ME: 42.806.062/0001-35 - NIRE: 35.300.573.111	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2021	
1. Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária da Norte Saneamento S.A. (Companhia), realizada no dia 24 de novembro de 2021, mediante vídeo conferência organizada pela Companhia e realizada através do plataforma Microsoft Teams. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. Composição da Mesa: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Presidente. Lilian de Castro Peixoto – Secretária. 4. Ordem do Dia: (a) Consignar a total integralização do capital social anteriormente subscrito; e (b) deliberar sobre o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentas mil reais), mediante a emissão de 7.800.000 (sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a serem subscritas e totalmente integralizadas nesta mesma data. 5. Deliberações: Colocada a matéria constante da ordem do dia em votação, os acionistas aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas: (a) consignar a total integralização das ações subscritas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de outubro de 2021 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 27 de outubro de 2021 sob o nº 515.281/21-9 mediante a transferência, em moeda corrente nacional, da importância de R\$2.475.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) pelo acionista subscritor, o N. Saneamento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo de investimento em participações devidamente constituído na forma da Instrução CVM nº 578 de 30 de agosto de 2016, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 39.883.907/0001-81, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1793, Bela Vista, CEP 01311-200 (“Fundo”), passando o capital social anteriormente subscrito a estar totalmente integralizado em moeda corrente nacional; e (b) a realização de aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentas mil reais), sendo totalmente integralizados nesta data pelo Fundo, em conformidade com o boletim de subscrição que integra a presente ata como Anexo 1. (b.1) O aumento de capital ora aprovado resultará na emissão, pela Companhia, de 7.800.000 (sete milhões e oitocentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, calculado em conformidade com o Artigo 170, §1º, II, da Lei das S.A. (b.2) Diante das deliberações acima, o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 5.826.000,00 (cinco milhões, oitocentas e vinte e seis mil reais), dividido em 5.826.000 (cinco milhões, oitocentas e vinte e seis mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R\$ 13.626.000,00 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais), dividido em 13.626.000 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R\$ 13.626.000,00 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais), dividido em 13.626.000 (treze milhões, seiscentos e vinte e seis mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (b.3) Os demais acionistas da Companhia renunciaram de forma irrevogável e irretirável ao direito que lhes é assegurado pelo Art. 171 da Lei das S.A. e anuem expressamente no preço de emissão por ação, R\$ 1,00 (um real) cada uma. 6. Forma de integralização: em moeda corrente nacional pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada digitalmente por todos os presentes, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. Acionistas Presentes: Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. (por seu administrador Júlio Cezar Troiano Zogbi) e N. Saneamento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. (por sua gestora Monte Capital Management Gestora de Recursos Ltda., por sua vez representada por seus diretores, Srs. Júlio Cezar Troiano Zogbi e Lucas Britencourt Lacerda. A presente ata confero com o original, lavrada em livro próprio, São Paulo/SP, 24 de novembro de 2021. Mesa: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Presidente. Lilian de Castro Peixoto – Secretária. Acionistas: Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. – Por: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Cargo: Administrador. N. Saneamento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – Por: Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A. – Por: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Cargo: Diretor Presidente. Anexo 1 - Boletim de Subscrição de Ações da Norte Saneamento S.A.: Data: 24/11/2021 - Boletim nº 01/01: Valor do capital subscrito: R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentas mil reais). Quantidade de ações emitidas: 7.800.000 (sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas. Preço de emissão por ação: R\$ 1,00 (um real) cada uma. 7. Forma de integralização: em moeda corrente nacional pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada digitalmente por todos os presentes, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada. Acionistas Presentes: Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. (por seu administrador Júlio Cezar Troiano Zogbi) e N. Saneamento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. (por sua gestora Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A., por sua vez representada por seus diretores, Srs. Júlio Cezar Troiano Zogbi e Lucas Britencourt Lacerda. A presente ata confero com o original, lavrada em livro próprio, São Paulo/SP, 24 de novembro de 2021. Mesa: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Presidente. Lilian de Castro Peixoto – Secretária. Acionistas: Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. – Por: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Cargo: Administrador. N. Saneamento Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – Por: Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A. – Por: Júlio Cezar Troiano Zogbi – Cargo: Diretor. JUCESP nº 575.187/21-9 em 03/12/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.	

Petrobras faz 'balanço' de ações em seu parque de refino

Empresa concretizou a privatização de 3 refinarias este ano

Apesar de muitos protestos por diferentes atores da sociedade, incluindo sindicatos, banco e institutos de renome, a Petrobras concretizou a privatização de três refinarias este ano, sendo a venda mais recente, a da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada em São Francisco do Conde, na Bahia e seus ativos logísticos associados para o Mubadala Capital.

A operação foi concluída com o pagamento de US\$ 1,8 bilhão (R\$ 10,1 bilhões) para a Petrobras, valor que reflete o preço de compra de US\$ 1,65 bilhão, ajustado preliminarmente em função de correção monetária e das variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação. O preço foi contestado e foi considerado muito abaixo do valor de mercado.

Representações sindicais dos petroleiros de todo o país, ligadas à Federação Única dos Petroleiros (FUP), realizaram na sexta-feira passada um ato nacional em frente a refinarias da Petrobras em diferentes estados da Federação, em protesto contra as privatizações das unidades de refino da empresa.

O movimento teve início na Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, contra a venda da planta, pela metade do preço, junto com terminais e outros ativos de logística da Petrobras no estado. "A Rlam foi vendida ao fundo árabe Mubadala, por US\$ 1,8 bilhão, 50% abaixo do valor de mercado, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (Inep), e 35% aquém do preço justo, de

acordo com o BTG Pactual. O valor foi questionado ainda pela XP Investimentos. A privatização da refinaria baiana - a segunda maior do país, com capacidade de processamento de 330 mil barris/dia -, foi concluída no dia 30 de novembro.

Na semana passada, Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP, chamou atenção para o fato de a venda das refinarias ser uma burla à Constituição Federal. Há um processo do Congresso Nacional para que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o mérito da ação de inconstitucionalidade da venda de refinarias sem autorização do Poder Legislativo.

"Eles estão pegando ativos da empresa mãe, a Petrobras, transformando-os em subsidiárias e privatizando essas subsidiárias, criadas artificialmente. Com isso, fogem do processo de licitação e do crivo do Congresso Nacional", denunciou Bacelar, lembrando que "o próprio ministro do STF Alexandre de Moraes já declarou que 'essa patologia não deveria ocorrer'."

Mensagem

Nesta quarta-feira, a Petrobras comunicou as ações que vem realizando em seu parque de refino. A estatal disse que investiu cerca de R\$ 2 bilhões, ao longo de 2021, em manutenção preventiva. "Ao todo, foram inspecionados mais de 4 mil equipamentos em todas as refinarias da companhia. O objetivo principal do investimento é garantir a segurança e a continuidade operacio-

nal, assim como adequar as capacidades de produção das unidades e promover melhorias nas instalações", destacou em nota a companhia.

A Petroleira disse que as paradas se concentraram no segundo trimestre de 2021 com algumas ações ainda no terceiro trimestre. Após a conclusão das campanhas de manutenção, a Petrobras retomou o "alto nível de produção de combustíveis". Nos meses de outubro e novembro, a média de produção mensal de gasolina nas refinarias da Petrobras subiu 17% em relação ao segundo trimestre e a produção de diesel cresceu 8% no mesmo período.

Promessa

"Acreditamos que, com novas empresas atuando no refino, o mercado será mais competitivo e teremos mais investimentos, o que tende a fortalecer a economia e gerar benefícios para a sociedade", justificou na ocasião o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna.

"Dentro da estratégia de reposicionamento do refino, reforçamos nosso compromisso de vender as refinarias Regap, Lubnor, Repar, Refap e Rnest e estamos investindo em tecnologias para tornar as refinarias que continuam na empresa duplamente resilientes, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. Seguiremos como a maior refinadora do país, com foco nas refinarias de SP e RJ mais próximas à produção de petróleo e aos maiores centros consumidores, com 50% da capacidade

de refino do país. A projeção é dobrar, em 5 anos, a oferta de diesel S-10 nessas refinarias, produto com menores níveis de emissão, e a custos cada vez mais competitivos", ressaltou em comunicado recente a estatal.

Plano estratégico

A Petrobras anunciou, em seu Plano Estratégico 2022-2026, que investirá US\$ 6,1 bilhões no refino nos próximos cinco anos. "Serão implantados projetos para posicionar a companhia entre as melhores refinadoras do mundo, em termos de eficiência e desempenho operacional, com produtos de maior valor agregado e menor emissão de carbono", tem destacado a companhia em seus textos de divulgação.

De acordo com a direção, um dos compromissos, por exemplo, é ampliar a capacidade de produção, especialmente de derivados de alta qualidade, como o diesel S-10. O Plano Estratégico inclui três grandes projetos de expansão: a conclusão da segunda unidade (trem) da Refinaria Abreu e Lima – Rnest, que vai elevar a capacidade de produção de diesel S-10 em 95 mil barris por dia; a integração entre a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e o GasLub Itaboraí, com capacidade adicional de 93 mil barris por dia de diesel S-10 e querosene de aviação (QAV) e 12 mil barris por dia de lubrificantes de maior qualidade; uma nova unidade na Replan, além de adaptações na Reduc e na Revap, com capacidade adicional de 132 mil barris por dia de diesel S-10 nas três refinarias.

B3 muda selo de certificação para corretoras e bancos

A B3 unificou os 5 diferentes selos de certificação de qualidade dos serviços prestados por corretoras e bancos. A bolsa paulista entende que este é um passo importante para atualização do Programa de Qualificação Operacional (PQO).

A B3 argumenta que além de dar mais segurança para os investidores, que podem utilizar a certificação para escolher uma corretora ou banco, o novo selo PQO garante unicidade entre os já existentes (Execution Broker, Agro Broker, Carrying Broker, NonResident Investor Broker e Retail

Broker) e simplificação para o mercado.

"A mudança no selo PQO foi amplamente discutida com o mercado ao longo de 2021 e visa otimizar e atualizar o programa que ao longo dos últimos anos criou um ambiente sólido e seguro para a indústria de intermediação de investimentos no país, mantendo o foco na qualificação e certificação dos procedimentos operacionais dos participantes da B3", explica Felipe Paiva, diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoas Físicas da B3.

China diz que reservas cambiais estão estáveis

As reservas cambiais da China aumentaram para US\$ 3,224 trilhões no final de novembro, um salto de US\$ 4,8 bilhões em relação ao mês anterior, mostraram dados oficiais. O volume cresceu 0,15% desde o final de outubro, informou a Administração Estatal de Divisas.

As negociações no mercado cambial da China permaneceram dinâmicas e o fluxo de capitais transfronteiriços ficou bastante estável em novembro, disse Wang Chunying, vice-diretora e porta-voz da agência. Segundo a agência Xinhua, afetado por fatores como a pandemia de Covid-19 e as expectativas para as políticas monetárias dos principais países, o índice do dólar teve um au-

mento e os preços gerais de títulos dos principais países subiram no mês passado, de acordo com a porta-voz.

Wang atribuiu o aumento nas reservas cambiais aos efeitos combinados da conversão cambial e mudanças nos preços dos ativos. Com o ressurgimento da pandemia de Covid-19, a recuperação da economia mundial enfrenta muitas incertezas à medida que o mercado financeiro internacional flutua, disse ela.

No entanto, Wang acrescentou que os esforços coordenados da China no controle epidêmico e no desenvolvimento econômico, bem como a retomada sustentada das operações econômicas, são conducentes a manter a escala das reservas cambiais geralmente estável.

BELMOND BRASIL SERVIÇOS HOTELEIROS S.A.											
CNPJ nº 42.104.133/0001-58											
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas: Cumprindo disposições Legais e Estatutárias, vimos apresentar o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 e 2019. Colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/20 e 2019 (Em reais)											
	Notas	2020		2019		Reserva de Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva Investimentos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Cia. Hotéis Palace	Dividendos
		2020	2019	2020	2019						
ATIVO											
Circulante		91.191	124.365							1.486.195	-
Caixa e equivalentes a caixa	4	21.708	53.698								
Dividendos a receber	6	69.438	69.438								
Impostos a recuperar		45	1.229								
Não Circulante		2.380	2.380								
Realizável a longo prazo											
Impostos diferidos		2.380	2.380								
Investimentos		5.148.195	1.800.718								
Total		1.488.575	1.803.098								
Total do Ativo		1.579.766	1.927.463								
PASSIVO											
Circulante		7.000	7.701								
Fornecedores serviços		7.000	7.680								
Impostos federais a recolher		-	21								
Não Circulante		7.135.544	1.335.544								
Dividendos		1.342.544	1.343.245								
Total do Passivo		237.222	584.218								
Patrimônio Líquido		7.469.722	469.722								
Capital social	7	469.722	469.722								
Reserva legal		7.508	7.508								
Reserva de investimentos		106.988	106.988								
Prejuízos acumulados		(346.996)	-								
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.579.766	1.927.463								
Demonstrações do Resultado em 31/12/20 e 2019 (Em reais)											
	Notas	2020		2019		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		
		2020	2019	2020	2019						
Despesas											
Gerais e administrativas	9	(32.738)	(27.569)								
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e da Equivalência Patrimonial		(32.738)	(27.569)								
Receitas Financeiras		264	1.977								
Despesas Financeiras		-	(920)								
Total Resultado Financeiro		264	1.057								
Equivalência Patrimonial	5	(314.522)	292.397								
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do IR e da CS IR e Contribuição Social		(346.996)	265.885								
Diferido	8	-	(253.251)								
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(346.996)	12.634								
Lucro (Prejuízo) Por Lote de Mil Ações		(13,83)	0,50								
Notas Explicativas em 31/12/20 e 2019 (Em reais)											
1. Contexto Operacional: A Cia. detém participação acionária na Cia. Hotéis Palace (CHP) de 1,98%, atuando basicamente como uma empresa de participações. Atualmente esta é sua única atividade. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os procedimentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e disposições contidas na Lei das S.A., alterada pela Lei 11.638/07 e MP nº449/08, convertida na Lei 11.941/09. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: b) Caixa e equivalentes a caixa: Estão registradas pelo montante aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, quando aplicável. c) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até o fim do exercício seguinte estão apresentados como ativo e passivo circulante, respectivamente. d) Contas a Receber - Saldo de Dividendos Propostos em 31/12/20 de sua investida Cia. Hotéis Palace. e) Investimentos - Os investimentos decorrentes da participação societária na Cia. Hotéis Palace estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial por estarem a Cia. e sua investida Cia.											
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais											
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período (346.996) 12.634											
Ajustes para reconciliar o lucro líquido das atividades Operacionais											
Equivalência patrimonial 5 314.522 (292.397)											
Impostos Diferidos - 253.251											
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais											
Outros Créditos 1.184 3.160											
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais											
Fornecedores (680) 974											
Impostos a recolher (20) 7											
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais (31.990) (22.371)											
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento											
Dividendos Recebidos - 143.906											
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento - 143.906											
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento											
Dividendos Pagos - (86.973)											
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento - (86.973)											
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes a Caixa (31.990) 34.562											
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício 53.698 19.136											
Caixa e equivalentes a caixa no fim do exercício 21.708 53.698											
Variação (31.990) 34.562											
Hotéis Palace sob controle comum. g) IR e contribuição diferidos. Os saldos ativos do IR e contribuição social diferidos foram calculados com base na respectiva alíquota efetiva sobre adições temporárias de provisões para a sua realização futura. f) As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. g) As novas normas, alterações e interpretações existentes e que estavam em vigor em 31/12/20, não tiveram impactos sobre as demonstrações contábeis da Cia.											
4. Caixa e Equivalentes a Caixa:											
Bancos											
2020 2019											
21.708 53.698											
Total											
21.708 53.698											
5. Investimentos:											
2020											
Patrimônio % Valor do											
Líquido Participação Investimento											
Cia. Hotéis Palace 74.987.162 1,98% 1.486.195											
Movimentação do investimento											
Divi- Equiva- Equiva- 2020											
Cia. Hotéis Palace 1.800.718 - (314.523) 1.486.195											